

Nota de Imprensa

Assinatura de protocolo no âmbito da salvaguarda de património arqueológico, visando a partilha de informação geográfica referente ao património arqueológico e aos projetos agrícolas financiados

O Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP), a Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para o período 2014-2020 (AG - PDR2020) e a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) assinaram, a 3 de dezembro, um protocolo de entendimento, em estreita colaboração com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, que permitirá agilizar e fortalecer a salvaguarda do património arqueológico nacional no âmbito de projetos agrícolas financiados.

A adoção de técnicas agrícolas intrusivas, com um elevado grau de revolvimento e a maior profundidade, potencia significativas transformações da topografia e paisagem. Esta agricultura, de carácter intensivo, tem representado um enorme potencial destrutivo para o património arqueológico, amplamente documentado pela imprensa nacional, resultando na perda irremediável de informação e de bens arqueológicos relevantes.

O principal objetivo do protocolo agora assinado prevê a conjugação de esforços e recursos de forma a estabelecer uma atuação preventiva na salvaguarda do património arqueológico, em articulação com a execução do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

Desta forma, o IFAP, enquanto organismo responsável pelo pagamento das despesas financiadas no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), compromete-se a integrar no Parcelário Agrícola Nacional a informação georreferenciada relativa ao património arqueológico disponibilizada pela DGPC, permitindo assim a sua consulta durante a fase de análise técnica e aprovação de projetos agrícolas. Esta informação ficará também disponível para consulta dos proprietários e investidores agrícolas, de modo a que estes tomem conhecimento das ocorrências patrimoniais existentes nas parcelas a intervir.

O referido protocolo prevê ainda a comunicação prévia à DGPC e às Direções Regionais de Cultura do Norte, Centro, Alentejo e Algarve das candidaturas em análise, cuja área de incidência se localize nas respetivas circunscrições territoriais e integre no seu perímetro património arqueológico georreferenciado.

Por seu turno, a AG do PDR2020, autoridade responsável pela gestão e execução do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para o período 2014-2020, irá proceder, sempre que necessário, à atualização das normas de análise e da demais documentação instrutória dos processos de candidatura, englobando alterações aos procedimentos de candidatura relativas à salvaguarda do património cultural.

A DGPC, enquanto tutela do património cultural, compromete-se a facultar a informação geográfica atualizada relativa ao património arqueológico constante do Endovélico – Sistema de informação e Gestão Arqueológica e SIG a ele associado -, bem como a colaborar em ações e na produção de documentação para a promoção e sensibilização para a salvaguarda do património cultural.

A Direção-Geral congratula a iniciativa conjunta, consubstanciada na assinatura do presente protocolo, que permitirá o estreitamento da relação entre estas instituições com o intuito de promover a salvaguarda do património arqueológico e a compatibilização entre este património e os projetos de agricultura financiada.

Lisboa, 4 de dezembro de 2020

Maria do Céu Novais - Assessoria de Imprensa
Contactos: 21 361 42 00, 21 361 42 59, 938 299 651